

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	52
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	3.532.488	3.525.667
1.01	Ativo Circulante	356.370	378.919
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	285.841	317.994
1.01.03	Contas a Receber	45.587	43.387
1.01.03.01	Clientes	45.587	43.387
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.735	12.456
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.735	12.456
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.544	4.568
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	663	514
1.02	Ativo Não Circulante	3.176.118	3.146.748
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	193.819	198.320
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	11.206	16.074
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	11.206	16.074
1.02.01.04	Contas a Receber	45.851	40.032
1.02.01.07	Tributos Diferidos	136.696	141.201
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	66	1.013
1.02.03	Imobilizado	4.167	5.682
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.167	5.682
1.02.04	Intangível	2.978.132	2.942.746
1.02.04.01	Intangíveis	2.978.132	2.942.746
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.057.006	1.045.515
1.02.04.01.02	Intangível - Infraestrutura	1.876.115	1.732.962
1.02.04.01.03	Ativo de Contrato	45.011	164.269

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	3.532.488	3.525.667
2.01	Passivo Circulante	380.410	391.484
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.507	9.058
2.01.01.01	Obrigações Sociais	-115	-98
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.622	9.156
2.01.02	Fornecedores	64.486	112.268
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	64.486	112.268
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.788	8.278
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.308	3.448
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.480	4.830
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	289.763	248.763
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	88.268	93.383
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	88.268	93.383
2.01.04.02	Debêntures	201.495	155.380
2.01.05	Outras Obrigações	11.866	13.117
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	4.309
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	4.309
2.01.05.02	Outros	11.866	8.808
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da Concessão	816	4.154
2.01.05.02.05	Outros passivos	1.078	4.654
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil Operacional	9.972	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.299.097	2.289.658
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.027.042	1.685.769
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	191.873	249.574
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	191.873	249.574
2.02.01.02	Debêntures	1.835.169	1.436.195
2.02.02	Outras Obrigações	233.731	566.487
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	399.334
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	399.334
2.02.02.02	Outros	233.731	167.153
2.02.04	Provisões	38.324	37.402
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.012	6.073
2.02.04.02	Outras Provisões	30.312	31.329
2.03	Patrimônio Líquido	852.981	844.525
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	100.194	91.738

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	195.437	403.131	192.552	389.376
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-108.256	-227.359	-118.093	-233.564
3.03	Resultado Bruto	87.181	175.772	74.459	155.812
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.391	-10.103	-7.902	-15.257
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.631	-14.406	-7.899	-15.243
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.240	4.303	-3	-14
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	85.790	165.669	66.557	140.555
3.06	Resultado Financeiro	-81.685	-152.462	-67.081	-135.536
3.06.01	Receitas Financeiras	7.007	13.546	7.877	14.730
3.06.02	Despesas Financeiras	-88.692	-166.008	-74.958	-150.266
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.105	13.207	-524	5.019
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.211	-4.589	310	-1.431
3.08.01	Corrente	0	0	-751	-1.641
3.08.02	Diferido	-1.211	-4.589	1.061	210
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.894	8.618	-214	3.588
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.894	8.618	-214	3.588
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	2.894	8.618	-214	3.588
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.894	8.618	-214	3.588

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	131.787	143.643
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	259.641	244.607
6.01.01.01	Lucro do Exercício antes do IR e CSLL	13.207	5.019
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	83.588	84.706
6.01.01.03	Provisão de Conserva Especial	15.512	19.187
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias, Líquidas	149.357	135.411
6.01.01.05	Margem de Construção - ICPC01	-900	-878
6.01.01.06	Perda na Baixa de Imobilizado e Intangível	526	58
6.01.01.07	Provisão para Contingências	1.939	4.438
6.01.01.08	Receita Diferida	-3.588	-3.334
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.192	14.195
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.203	6.427
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-5.997	7.972
6.01.02.03	Partes Relacionadas	445	-473
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-29	6.450
6.01.02.05	Outros Ativos	-8.736	5.106
6.01.02.06	Fornecedores	7.728	20.981
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais	-1.551	-1.359
6.01.02.08	Tributos a Pagar	-962	-8.867
6.01.02.11	Fornecedores - Partes Relacionadas	-44	-380
6.01.02.12	Outros Passivos	-14.843	-21.662
6.01.03	Outros	-100.662	-115.159
6.01.03.01	Juros Pagos de Empréstimos, Debêntures e Mútuo	-91.332	-96.562
6.01.03.02	Correção Monetária pagas de Empréstimos e Debêntures	-8.795	-15.963
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-535	-2.634
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-86.248	-127.118
6.02.01	Aplicações Financeiras	7.479	0
6.02.02	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado	-89	-159
6.02.03	Adições ao Intangível	-93.638	-126.959
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-77.692	-87.116
6.03.01	Pagamento de Principal de Empréstimos e Debêntures	-74.497	-87.116
6.03.03	Pagamento de Arrendamento Operacional	-3.195	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-32.153	-70.591
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	317.994	338.844
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	285.841	268.253

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	91.738	0	0	844.525
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-162	0	0	-162
5.02.01	Ajuste IFRS 16	0	0	-162	0	0	-162
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	91.576	0	0	844.363
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	8.618	0	0	8.618
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	8.618	0	0	8.618
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	100.194	0	0	852.981

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	3.588	0	0	3.588
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	3.588	0	0	3.588
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	81.408	0	0	834.195

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	432.358	417.957
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-137.505	-143.062
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-137.505	-143.062
7.03	Valor Adicionado Bruto	294.853	274.895
7.04	Retenções	-83.588	-84.706
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-83.588	-84.706
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	211.265	190.189
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.849	14.716
7.06.02	Receitas Financeiras	13.546	14.730
7.06.03	Outros	4.303	-14
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	229.114	204.905
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	229.114	204.905
7.08.01	Pessoal	16.765	16.679
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.824	13.465
7.08.01.02	Benefícios	2.051	2.363
7.08.01.03	F.G.T.S.	890	851
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.648	33.718
7.08.02.01	Federais	20.441	17.089
7.08.02.02	Estaduais	123	158
7.08.02.03	Municipais	17.084	16.471
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	166.083	150.920
7.08.03.01	Juros	165.251	149.518
7.08.03.02	Aluguéis	543	1.394
7.08.03.03	Outras	289	8
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.618	3.588
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.618	3.588

Comentário do Desempenho

Itatiba, 08 de agosto de 2019 - É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Condensadas (ITR), relativos ao exercício findo em 30 de junho de 2019, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

1. Apresentação

Histórico

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. é controlada diretamente pelo *SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia* e pelo *OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia*, conforme organograma abaixo:



A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado

Comentário do Desempenho

(SP-063), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), prolongamento da SP-083 (Anel Sul de Campinas), via perimetral de Itatiba e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a, aproximadamente, 297 quilômetros e 1,5% da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no País, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Corredor Dom Pedro I integra 17 municípios, atingindo mais de 2,7 milhões de habitantes, e possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), Jundiaí e o Vale do Paraíba, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

A RMC apresenta PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,5 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Um forte atrativo de desenvolvimento para a região é o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. No segundo trimestre de 2019, o aeroporto de Viracopos transportou 57,0 mil toneladas de cargas e movimentou 2,6 milhões de passageiros.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras atende seus usuários através de 6 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais e 91 câmeras de monitoramento. A Companhia possui 64 profissionais de resgate, 82 operadores de tráfego e 13 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO), além de diversos tipos de veículos de apoio. Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 278 atendimentos por dia no segundo trimestre de 2019.

Comentário do Desempenho

2. Sumário Executivo

Cenário Macroeconômico¹

O governo realizou algumas concessões em 2019, principalmente no setor de logística (aeroportos, ferrovias, rodovias e portos), bem como a proliferação de debêntures isentas de imposto de renda (as chamadas debêntures incentivadas) como importante ferramenta de financiamento para o setor.

O IPCA em junho ficou em 0,01%, reflexo, em grande medida, do aumento do grupo Saúde e Cuidados Pessoais, em contraste com a desaceleração dos grupos Alimentação e Bebidas e Transportes. O índice mais pressionado pode ser explicado, em grande medida, pelo recuo dos preços de combustíveis, além da dinâmica de curto prazo dos preços de alimentos.

Reflexo na Companhia

Sessenta por cento da Receita de Pedágio da Companhia é atrelada aos veículos pesados. No segundo trimestre de 2019 continua valendo a suspensão do pagamento de eixo suspenso que foi decretada a partir do dia 31 de maio de 2018, com isso o tráfego de veículos pesados em VEQ do segundo trimestre de 2019 (Veículos Equivalentes) ficou 3,7% acima se comparado a 2018, já o tráfego de veículos leves apresentou aumento de 9,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultando em um total de 6,0%.

A margem EBITDA² apresentou aumento de 2,3 p.p. quando comparado a 2018 (de 81,7% para 83,9%).

Em 30 de junho de 2019, a Companhia alcançou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 1,35x, superior ao limite mínimo exigido de 1,20x. Este resultado demonstra a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações mesmo com a suspensão da cobrança do eixo suspenso.

¹ Fonte: Santander – junho/2019.

² EBITDA Ajustado de acordo com quadro "Composição do EBITDA" abaixo.

Comentário do Desempenho

3. Destaques

- Receita Bruta de Pedágio: Crescimento de 8,9% no segundo trimestre de 2019 comparado ao mesmo período do ano anterior;
- EBTIDA²: Aumento de 10,9% em 2T19 vs 2T18, apresentando um valor de R\$ 130.485.

4. Desempenho Econômico Financeiro

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao 2T19 e ao 2T18.

Tráfego

Tráfego						milhares
Categoria	2T19	2T18	Var. %	1S19	1S18	Var. %
Pesado	12.641	12.191	3,7%	24.921	24.794	0,5%
%Veic. Eq. Totais	58,6%	59,9%	-1,3 p.p.	57,5%	58,8%	-1,2 p.p.
Leve	8.916	8.154	9,3%	18.401	17.396	5,8%
%Veic. Eq. Totais	41,4%	40,1%	1,3 p.p.	42,5%	41,2%	1,2 p.p.
Total Veq.¹	21.556	20.345	6,0%	43.322	42.191	2,7%
Tarifa média ²	7,72	7,51	2,8%	7,74	7,53	2,8%

¹ Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes);

² A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ.

No segundo trimestre de 2019, o tráfego pedagiado alcançou um total de 21.556 mil em VEQ, apresentando variação de 6,0% ante ao exercício anterior.

Comentário do Desempenho

Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais					
	2T19	2T18	Var. %	1S19	1S18	Var. %
Receita bruta de serviços	209.878	206.140	1,8%	432.358	417.957	3,4%
Receitas de pedágio	166.491	152.835	8,9%	335.278	317.738	5,5%
% Receita Totais	85,2%	79,4%	5,8 p.p.	83,2%	81,6%	1,6 p.p.
Receitas acessórias e outras	3.408	4.841	-29,6%	7.096	12.377	-42,7%
% Receita Totais	1,7%	2,5%	-0,8 p.p.	1,8%	3,2%	-1,4 p.p.
Receita de construção	39.979	48.465	-17,5%	89.984	87.842	2,4%
% Receita Totais	20,5%	25,2%	-4,7 p.p.	22,3%	22,6%	-0,2 p.p.
Impostos e contribuições sobre serviço	- 14.441	- 13.588	6,3%	- 29.227	- 28.581	2,3%
% Receita Totais	-7,4%	-7,1%	-0,3 p.p.	-7,3%	-7,3%	0,1 p.p.
Receita Líquida de serviços	195.437	192.552	1,5%	403.131	389.376	3,5%

A **Receita Bruta Operacional** da Companhia totalizou R\$ 209.878 mil, apresentando um aumento de 1,8% no 2T19 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As **Receitas de Pedágio** totalizaram R\$ 166.491 mil no 2T19, o que representou um aumento de 8,9% se comparadas ao mesmo período do ano anterior.

As **Receitas Acessórias** foram de R\$ 3.408 mil no 2T19, apresentando uma variação de -29,6% em relação ao 2T18, resultado dos recebimentos pontuais de receitas em 2018 por Uso da Faixa de Domínio, Passagem de Cargas Especiais, Utilização de Acessos, entre outros.

Custos e Despesas

Os Custos e Despesas Totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Custos de Construção, Depreciação/Amortização e Despesas Gerais e Administrativas. Seguem abaixo os resultados do 2T19:

Comentário do Desempenho

Descrição	Em milhares de reais			Em milhares de reais		
	2T19	2T18	Var. %	1S19	1S18	Var. %
Custos	(108.256)	(118.093)	-8,3%	(227.359)	(233.564)	-2,7%
Custos dos Serviços Prestados	(18.927)	(21.209)	-10,8%	(39.248)	(42.784)	-8,3%
Provisão de Conserva Especial	(7.395)	(8.495)	-12,9%	(15.512)	(19.187)	-19,2%
Custos de Construção	(39.579)	(47.981)	-17,5%	(89.085)	(86.964)	2,4%
Depreciação/Amortização	(42.355)	(40.408)	4,8%	(83.514)	(84.629)	-1,3%
Despesas	(5.631)	(7.899)	-28,7%	(14.406)	(15.243)	-5,5%
Despesas gerais e administrativas	(6.083)	(5.230)	16,3%	(12.470)	(10.805)	15,4%
Provisão de Contingências	452	(2.669)	-116,9%	(1.937)	(4.438)	-56,4%
Total	(113.887)	(125.992)	-9,6%	(241.765)	(248.807)	-2,8%

Os **Custos dos Serviços Prestados** totalizaram R\$ 18.927 mil no 2T19. A variação de custos apresentou uma redução de 10,8% em relação ao trimestre anterior.

As **Despesas gerais e administrativas** no 2T19 resultaram em R\$ 6.083 mil, 16,3% acima que no ano anterior.

A **Provisão de Conserva Especial** do 2T19 fechou em R\$ 7.395 mil, 12,9% abaixo que no ano anterior.

A **Provisão de Contingências** do 2T19 resultou em R\$ 452 mil, referente aos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA Ajustado do 2T19 foi de R\$ 130.485 mil, registrando crescimento de 10,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Composição do EBITDA						
Descrição	Em milhares de reais					
	2T19	2T18	Var. %	1S19	1S18	Var. %
Resultado do exercício	2.894	- 215	-1447,8%	8.618	3.588	140,2%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	81.685	67.081	21,8%	152.462	135.536	12,5%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	- 1.211	310	-490,5%	- 4.589	- 1.431	220,7%
EBIT	85.790	66.556	28,9%	165.669	137.693	20,3%
Margem EBIT (%)	43,9%	34,6%	9,3 p.p.	41,1%	35,4%	5,7 p.p.
Depreciação e amortização	42.392	40.444	4,8%	83.588	84.705	-1,3%
EBITDA	128.183	107.000	19,8%	249.257	222.399	12,1%
Margem EBITDA (%)	65,6%	55,6%	10 p.p.	61,8%	57,1%	4,7 p.p.
Margem de Construção ¹	- 400	- 484	-17,3%	- 900	- 878	2,5%
Provisão Conserva Especial ²	7.394	8.494	-12,9%	15.512	19.187	-19,2%
Provisão para Contingência	- 452	2.669	-116,9%	1.939	4.438	-56,3%
Outras receitas (despesas), líquidas	- 4.240	3	-142007,7%	- 4.303	14	-31367,4%
EBITDA Ajustado	130.485	117.682	10,9%	261.506	245.160	6,7%
Margem EBITDA Ajustado (%)	83,9%	81,7%	2,3 p.p.	83,5%	81,3%	2,2 p.p.

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Resultado Financeiro

Em milhares de reais						
Descrição	2T19	2T18	Var. %	1S19	1S18	Var. %
Receitas Financeiras	7.007	7.877	-11,0%	13.548	14.732	-8,0%
Despesas Financeiras	(88.692)	(74.958)	18,4%	(166.010)	(150.268)	10,5%
Resultado Financeiro Líquido	(81.685)	(67.081)	21,8%	(152.462)	(135.536)	12,5%

No segundo trimestre de 2019, a Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$ 81.685 mil (21,8% ante a 2T18). Esta variação ocorre principalmente em função da oscilação do IPCA, que é o principal indexador das dívidas da Companhia.

As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 7.007 mil no 2T19 (redução de 11,0% sobre o trimestre anterior).

Comentário do Desempenho

Endividamento

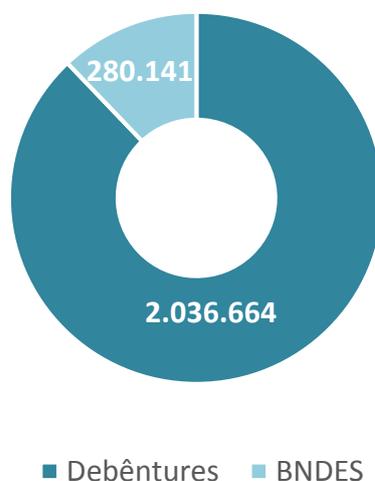
Descrição	Em milhares de reais		
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	Var. %
Dívida Bruta	2.316.805	1.934.532	19,8%
Empréstimos e Debêntures	2.316.805	1.934.532	19,8%
Caixa e Aplicação Financeira	(297.047)	(334.068)	-11,1%
Dívida Líquida	2.019.758	1.600.464	26,2%

O saldo da Dívida Líquida da Companhia aumentou em 26,2% se comparado ao período de 31 de dezembro de 2018. Este aumento ocorreu por conta da assunção, em 27 de maio de 2019, das obrigações das Debêntures ODTR11.

A dívida que era oriunda do contrato de mútuo subordinado com a Odebrecht Transport S.A ("OTP"), foi integralmente quitada, conforme termo de quitação celebrado entre a Odebrecht Transport S.A ("OTP") e a Companhia.

Abaixo, composição da Dívida Bruta da Companhia em 30 de junho de 2019:

Composição da Dívida		Em milhares de reais		
Descrição	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	%	
Debêntures	2.036.664	1.591.575	87,9%	
BNDES	280.141	342.957	12,1%	
Total	2.316.805	1.934.532	100,0%	



Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Comentário do Desempenho

Investimentos

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia no 2T19 foram de R\$ 44.040 mil, atingindo o montante de R\$ 2,3 bilhões já investido desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 2T19 podem ser assim resumidas:

- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065) em Campinas com conclusão do trecho entre os km 131,2 e 132,4 (Marginal Sul);
- ✓ Início dos Alargamentos de OAE entre os km 132+040 e 133+703 da SP-065;
- ✓ Retomada do Trevo do Galleria e Trevo Carrefour na SP-065.
- ✓ Conclusão da Marginal Secundária do km 117 na SP-065.
- ✓ Conclusão da Fase I da Duplicação da SPA067/360;
- ✓ Continuidade da implantação do Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), trecho Bandeirantes - Rod. Miguel Melhado Campos;
- ✓ Início da última etapa da canalização do Córrego Invernada na SP-083;
- ✓ Continuidade do Viaduto km 2 na Rodovia Romildo Prado (SP-063);
- ✓ Início das obras no Trevo Arataba, km 7+400 da SP-063;
- ✓ Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

Resultado líquido

A Companhia registrou em 30 de junho de 2019 um resultado líquido acumulado positivo de R\$ 8.618 mil.

5. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, etc.

Comentário do Desempenho

No período findo em 30 de junho de 2019, foram realizados aproximadamente 44,9 mil atendimentos a usuários, compostos basicamente da seguinte forma:

- 57,7% de serviços de inspeção;
- 21% de serviços de guincho;
- 17,3% de serviços mecânicos;
- 3,3% de serviços pré-hospitalares;
- 0,7% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No período findo em 30 de junho de 2019, a Companhia contava com 622 integrantes em seu quadro.

Projeto Jovem Aprendiz

A Companhia, em parceria com as Instituições Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI") e Centro de Integração Empresa Escola ("C.I.E.E."), por meio do Projeto Jovem Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho. No período findo em 30 de junho de 2019, a Companhia contava com 23 aprendizes em seu efetivo.

Rota da Inclusão

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O programa é composto de várias etapas como, por exemplo, a capacitação de todos os integrantes para lidar com as diferenças e particularidades de pessoas com algum tipo de deficiência, realização de palestras sobre a importância e responsabilidade social de todos no quesito de inclusão social, dentre outras. No período findo em 30 de junho de 2019, a Companhia contava em seu quadro 10 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

Comentário do Desempenho

6. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, estão listadas abaixo as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação da acionista nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, e seus respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Todos os membros do Conselho de Administração foram investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

As regras de funcionamento e de reuniões do Conselho de Administração estão contidas no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração aprovado na Reunião de Conselho da Companhia, em 19 de junho de 2013.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestarem

Comentário do Desempenho

informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia, por ser companhia aberta, registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação de publicação no site da Companhia e no site da CVM, anualmente, do seu Formulário de Referência, contemplando inclusive todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM, assim como comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores.

Auditoria das Demonstrações Financeiras

Em 02 de abril de 2015, a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Conduta e Código de Ética

Em continuidade ao processo de instituição e reforço do Sistema de Conformidade da Companhia, iniciado em 11 de junho de 2014, foram aprovados em 17 de abril de 2017 a nova Política sobre Conformidade, com Atuação Ética, Íntegra e Transparente, bem como o Compromisso com Atuação Ética, Íntegra e Transparente que substituiu o até então vigente Código de Conduta.

O Sistema de Conformidade da Companhia é composto por um novo canal de comunicação confidencial, administrado pela empresa terceirizada ICTS, por meio do qual são recebidos, tanto 0800, quanto *website*, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são tratados por um Comitê de Ética. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Comentário do Desempenho

Todos integrantes da Companhia tiveram treinamento sobre o Compromisso de Atuação, visando disseminar o conhecimento sobre ética na empresa.

Adicionalmente, foram editadas Instruções Normativas a respeito de assuntos como Relacionamento com Agentes Públicos, Brindes, Anticorrupção, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Fornecedores, as quais terão treinamentos específicos a serem ministrados para todos os funcionários até o final do corrente ano.

Ademais, a Companhia realiza campanhas periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o "Tá na Rota", pequenas notas sobre ética em coluna denominada "Cantinho da Ética".

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu *website* espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Social

Desde o início de suas atividades, a Concessionária Rota das Bandeiras tem como um de seus pilares a responsabilidade em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o trecho concedido de rodovias. Isto significa proporcionar a cada dia mais segurança e conforto para todos.

A Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação no trânsito e segurança viária, que atendem uniformemente todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizadas.

Rota da Educação - Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Concessionária para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação no trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho é realizado com crianças de 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos.

Comentário do Desempenho

O Rota da Educação já beneficiou mais de 73 mil alunos desde o início de suas atividades.

Parada Legal - É consenso dentro da Rota das Bandeiras que investir em segurança e no conforto dos usuários das estradas do Corredor Dom Pedro é ter retorno certo. Isto porque quanto mais orientados forem os motoristas e melhores preparados forem os veículos que trafegam pelas nossas rodovias, menor será o índice de acidentes. Foi com base nesta filosofia que, em 2010, a Concessionária elaborou uma campanha sustentável, que atende uniformemente aos 17 municípios. Trata-se de um programa itinerante que tem como alvo os pedestres, motociclistas, caminhoneiros ou motoristas de passeio que utilizam cada uma de nossas cinco rodovias.

Por Cima do Risco - O modelo de passarela utilizado hoje em dia nas rodovias brasileiras é o dispositivo de segurança definitivo para evitar acidentes por atropelamento em pontos com grande fluxo de pedestres. Muitos usuários, porém, desconhecem os riscos de se atravessar uma estrada e, nesta hora, optam por correr o risco. Com base nessa preocupação, a campanha tem como grande objetivo orientar os pedestres sobre o exato perigo que correm cada vez que fazem uma travessia. Assim, além do risco reduzido a cada usuário orientado, a Concessionária ganha milhares de aliados na difusão destas informações. As ações acontecem sempre próximas a uma passarela de grande movimento. Ali, uma equipe da Rota das Bandeiras aborda as pessoas que relutam em utilizar o dispositivo, mesmo ele estando a poucos metros do local da travessia.

Campanha do Agasalho - Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Rota das Bandeiras. A Campanha do Agasalho, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população carente das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro.

Responsabilidade Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes.

Todas as obras executadas pela Concessionária respeitam rigorosamente as leis ambientais e visam contribuir para a recuperação e recomposição da flora e fauna do

Comentário do Desempenho

Corredor Dom Pedro. Além de estar ciente de seu papel na preservação do meio ambiente, a Rota das Bandeiras também busca contribuir para que uma nova cultura de responsabilidade ambiental seja desenvolvida nos 17 municípios que integram o Corredor Dom Pedro. Por isso, a Concessionária desenvolve atividades voltadas à educação ambiental com crianças e adolescentes.

A Companhia também desenvolve ações voltadas para gerenciamento de resíduos, consumo de água e energia, emissão de gases de efeito estufa, preservação da fauna existente às margens do Corredor Dom Pedro e à proteção do solo e dos mananciais, em caso de acidentes envolvendo cargas perigosas.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para manutenção e modernização do Corredor Dom Pedro, em 2009, a Companhia mantém um rigoroso programa reflorestamento de árvores nativas, prioritariamente em áreas de preservação permanente e formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), por meio do plantio compensatório nas áreas onde atua.

Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias, plantamos 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim desde abril de 2009, mais de 257 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis.

Além dos plantios compensatórios, a Rota das Bandeiras promove atividades ambientais com crianças e adolescentes, visando à formação de cidadãos que respeitem a natureza e contribuam para a formação de um planeta "mais verde", onde são realizadas excursões de escolas públicas para as áreas de plantio compensatório com intuito de conscientizar "na prática" a nova geração.

Respeito à Fauna

A Rota das Bandeiras monitora constantemente possíveis áreas de risco para impedir o atropelamento e garantir a segurança dos usuários e também dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro.

Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro, a Rota das Bandeiras prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios

Comentário do Desempenho

compensatórios que quando possível, são realizados corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente.

A Concessionária tem ainda parcerias com os municípios do Corredor Dom Pedro para a castração de animais domésticos, minimizando a presença desses animais às margens das rodovias.

Monitoramento de Focos de Incêndio

A maior parte do Corredor Dom Pedro está localizada em uma área com clima tropical de altitude, com invernos quentes e secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto.

Por isso, a Rota das Bandeiras realiza um trabalho preventivo para minimizar o risco de incêndios, cuida com zelo da poda na faixa de domínio da Concessionária e implanta aceiros.

Além disso, a Concessionária conta com as 91 câmeras de seu Centro de Controle Operacional, um dos mais modernos do país, para o monitoramento de todo o Corredor Dom Pedro e o imediato acionamento de sua equipe, que tem caminhões-pipa à disposição, ou do Corpo de Bombeiros para o atendimento às ocorrências.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são a principal ferramenta utilizada pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência envolvendo cargas com produtos perigosos ao longo dos 297 km de rodovias sob sua responsabilidade.

A Rota das Bandeiras também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas; promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes; e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Rota das Bandeiras recolhe, em média, 35 toneladas de resíduos por mês no Corredor Dom Pedro. Mais do que simplesmente contribuir para a manutenção da boa qualidade de nossas rodovias, este trabalho também reflete a preocupação da Concessionária com as questões ambientais.

Comentário do Desempenho

Afinal, a Rota das Bandeiras possui um sistema de gestão ambiental, o qual contempla o gerenciamento e destinação adequada de resíduos, como por exemplo os resíduos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, resíduos de construção civil, varrição, entre outros.

A concessionária busca a reutilização de materiais nobres em suas obras, através de inovações tecnológicas, como o "asfalto ecológico", o qual reutiliza pneus usados como matéria-prima. A técnica já foi aplicada em trechos da SP-332, Zeferino Vaz.

Outra prática é a utilização do material fresado, oriundo da recuperação de pavimento, o qual é destinado à recuperação de vias vicinais dos municípios no entorno do Corredor Dom Pedro.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecimentos

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Audidores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que no trimestre findo em 30 de junho de 2019, não houve contratações de outros serviços que não sejam os relacionados à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da independência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e concordou com o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as devidas demonstrações contábeis condensadas relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2019.

Itatiba, 08 de agosto de 2019.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Companhia era parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 27 de maio de 2019 a controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo de investimento constituído no Brasil, que é gerido pela Farallon Capital Management LLC e Mubadala Investment Company.

A Transação foi devidamente aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), por meio do processo ARTESP 032.423/2019, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 18 de maio de 2018 e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), no dia 28 de fevereiro de 2019 e pelos Conselhos de Administração da Companhia e da Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), por meio dos atos societários pertinentes, além da obtenção das anuências dos credores. Em 27 de maio de 2019, as assembleias gerais das sociedades envolvidas aprovaram todas as etapas da reorganização societária. Desta forma, para efeitos fiscais e societários, em 27 de maio de 2019, foi concluído o processo de reorganização societária envolvendo a companhia e as sociedades controladoras.

Notas Explicativas

Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), motivada pela intenção de realizar uma oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie subordinada, a ser convolada em espécie com garantia real, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM no 400.

O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

A Concessionária possui seis termos Aditivos Modificativos (“TAM”) com a ARTESP, sendo: (1º) firmado em dezembro de 2009, altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira e Paulínia A e B; (2º) firmado em março de 2011, estabelece a 1ª Adequação de Cronograma de Obras da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do contrato de concessão, sem fixar a modalidade e prazo para tal reequilíbrio, cujos valores ainda estão sendo tratados em processos administrativos; (3º) firmado em setembro de 2014, referente a implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto (“PaP”) na Rodovia SP-332, além de fixar o local aonde os pórticos serão instalados, também garante o Reequilíbrio da perda de Receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do Projeto; (4º) firmado em Setembro de 2016, referente a implantação do PaP na Rodovia SP-360; (5º) firmado em setembro de 2017, define o prazo de término do Projeto PaP da Rodovia SP-332 (3º TAM) para o mesmo prazo de término da Concessão; (6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP do km 61+900 ao 81+220 da SP360

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$ 24.040 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 12.565), impactado substancialmente pela assunção das Debêntures ODTR11.

2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas neste ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto quanto ao IFRS 16.

Notas Explicativas

A nova norma que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, adotada pela Companhia, não resultou em impactos significativos nas informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2019, sendo que as demais normas permaneceram válidas para essas Informações Trimestrais. Dessa maneira, essas informações trimestrais incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações contábeis anuais e, conseqüentemente, as correspondentes informações devem ser lidas em conjunto com a Nota Explicativa nº 2 daquelas demonstrações contábeis. Essas políticas foram consistentemente aplicadas em todos os períodos de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

As notas explicativas que não sofreram alterações relevantes em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram incluídas nessas informações trimestrais. Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 05 de agosto de 2019.

2.1. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

O *International Accounting Standards Board (IASB)* publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, aprovados pelo CPC:

- **IFRS 16/CPC 06 (R2)**: estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A estimativa dos efeitos antes apresentada foi apurada considerando as isenções dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor e a abordagem simplificada de reconhecimento dos efeitos cumulativos em prejuízos acumulados, estabelecidas nos Itens 6 a 8, C10(c)(i), C5(b), C6 e C7 do CPC 06 (R2)/IFRS 16, determinando o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento correspondente, contidos nos contratos de arrendamentos operacionais elegíveis pela Companhia para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos e outros), na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06/IAS 17).

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, estão efetuadas todas as divulgações exigidas pelo IFRS16/CPC 06 (R2), conforme Notas Explicativas nº 12 e nº 15.

Notas Explicativas

2.2. Resumo das principais políticas contábeis

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2018, exceto em relação à aplicação do IFRS 16.

2.3. Reapresentação de saldos de períodos anteriores modificados

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2019, a Administração da Companhia realizou operações a luz do IFRS 15/CPC 47 e concluiu que o saldo de obras em andamento do contrato de concessão rodoviária firmado com a ARTESP, deve ser reclassificado e apresentado como ativo de contrato, uma vez que o direito de exploração deste ativo está condicionada ao cumprimento de obrigações contratuais de desempenho.

Desta forma, os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil em atendimento às práticas contábeis, conforme demonstrado a seguir:

	Impactos		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Intangível	2.942.746	(164.269)	2.778.477
Ativo de contrato	-	164.269	164.269
	2.942.746	-	2.942.746

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Notas Explicativas

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 30 de junho de 2019				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	67.601	145.297	-	-
BNDES (i)	104.466	103.129	120.723	9.471
Debêntures (i) (*)	263.469	357.781	1.596.480	875.075
Mútuos - partes relacionadas (i) (*)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	102.920	94.099	-	-
BNDES (i)	89.373	91.383	158.417	15.083
Debêntures (i)	204.387	284.200	1.354.273	588.251
Mútuos - partes relacionadas (i)	28.150	29.133	94.173	594.277

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Notas Explicativas

(*) Em 27 de maio de 2019, através do terceiro aditamento da 1º emissão das Debêntures simples, consignou a Companhia todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht Transport S.A (“OTP”), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Companhia, passou a figurar na qualidade de emissora das Debêntures ODTR11 “Sucessora legal”. Em contrapartida pela assunção das obrigações das Debêntures, a dívida oriunda do contrato de mútuo subordinado com a Odebrecht Transport S.A (“OTP”), foi integralmente quitada, conforme termo de quitação celebrado entre a Odebrecht Transport S.A (“OTP”) e a Companhia.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo:

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	6,1%	5,3%	7,3%	7,3%	7,3%	7,3%	7,3%
IPCA (*)	3,9%	4,1%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander - 19/06/2019.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e, no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP (*)	6,80%	8,50%	10,24%
IPCA (*)	3,82%	4,77%	5,73%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2019 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	abr/25	Alta na TJLP	29.158	34.683	40.655

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	1.897.073	1.999.238	2.104.538
Empréstimo BNDES	mai/22	Alta no IPCA	47.357	49.772	54.326

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

Notas Explicativas

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o trimestre findo em 30 de junho de 2019.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas Explicativas

Os índices de endividamento em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumarizados:

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 14)	2.316.805	1.934.532
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(285.841)	(317.994)
Aplicações Financeiras (Nota 7)	(11.206)	(16.074)
Dívida líquida	2.019.758	1.600.464
Total do patrimônio líquido	852.981	844.525
Total do capital próprio e de terceiros	2.872.739	2.444.989
Índice de alavancagem financeira - %	70%	65%

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração destas Informações contábeis intermediárias correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	285.841	317.994
Aplicações financeiras	11.206	16.074	-	-
Contas a receber	-	-	45.587	42.942
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	445
	11.206	16.074	331.428	361.381
Outros passivos financeiros				
			30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			2.316.805	1.934.532
Arrendamento mercantil operacional			26.014	-
Fornecedores			221.796	219.255
Fornecedores - Partes relacionadas			115	159
Mútuos - partes relacionadas			-	403.643
Outros passivos			1.895	5.381
			2.566.625	2.562.970

Notas Explicativas

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	45.052	42.498
Receitas acessórias	535	444
Total de contas a receber	45.587	42.942
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	189.332	311.889
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	189.332	311.889
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	8	5
Bancos conta movimento	93.918	2.390
Numerários em trânsito	2.018	3.093
Fundo de troca	565	617
	96.509	6.105
	285.841	317.994

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa geral	8	5
Numerários em trânsito (i)	2.018	3.093
Fundo de troca	565	617
Bancos conta movimento	93.918	2.390
Aplicações Financeiras (ii)	189.332	311.889
	285.841	317.994

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente;
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 98% e 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário); e a fundos de investimentos remunerados, em sua grande parte, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 11.206 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 16.074), referente a aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB (“FIDC” ou “Fundo”) efetuada em 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de CDI 100%, conforme demonstrado na Nota 16. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando compradas às de mercado. É vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. A Companhia tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios dos fornecedores da Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de empresa de corretagem especializada.

Notas Explicativas

8. Contas a receber

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI") (i)</i>	41.846	39.632
Vale pedágio (i)	4.674	3.776
Receitas acessórias	535	444
	47.055	43.852
Ativo circulante	45.587	42.942
Ativo não circulante	1.468	910

(i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de junho de 2019, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa das contas a receber.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	177.258	173.023
Amortização da outorga	-	1.340
Benefício fiscal (ágio) (i)	68.596	78.395
Provisão para contingências	2.686	2.027
Provisão para conserva especial	10.306	10.652
Participação nos Lucros e Resultados	842	-
	259.688	265.437
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva de demanda)	50.037	48.548
Margem de construção	6.777	6.697
Encargos financeiros	9.202	10.341
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	57.209	58.650
Arrendamento	(233)	-
	122.992	124.236
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	259.688	265.437
Tributos diferidos passivos	(122.992)	(124.236)
	136.696	141.201

A variação líquida em 30 de junho de 2019, quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2018, relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R\$ 4.505 no saldo.

Notas Explicativas

- (i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebrecht TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Compensação	
			Total	
2019	11.983	9.800	21.783	
2020	19.102	19.599	38.701	
2021	21.396	19.599	40.995	
2022	40.832	19.598	60.430	
2023	59.493	-	59.493	
2024 em diante	24.452	-	24.452	
	177.258	68.596	245.854	

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do IFRIC 12/ICPC 01 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

	31 de dezembro de 2018		30 de junho de 2019	
	Custo	Adições	Transferências de obra (i)	Líquido
Edifícios e instalações	18.280	641	(18.576)	345
Hardware equipamentos de pedágio	760	2.166	(389)	2.537
Demais melhorias e ampliações	113.223	30.284	(103.163)	40.344
Desapropriações	1.266	586	(1.852)	-
Meio ambiente e elementos de segurança	30.740	1.905	(30.860)	1.785
	164.269	35.582	(154.840)	45.011

- (i) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para ativo intangível.

11. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	30 de junho de 2019		31 de dezembro de 2018	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	1.062	(585)	477	528
Móveis e utensílios	5	830	(618)	212	253
Veículos	20	7.106	(3.998)	3.108	3.898
Obras em andamento	-	370	-	370	1.003
		9.368	(5.201)	4.167	5.682

Notas Explicativas

b) Movimentação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo	3.739	829	8.299	1.003	13.870
Depreciação acumulada	(3.211)	(576)	(4.401)	-	(8.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	528	253	3.898	1.003	5.682
Adições	-	-	89	-	89
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	-	(633)	(633)
Depreciação	(51)	(41)	(879)	-	(971)
Saldo contábil	477	212	3.108	370	4.167
Custo	1.062	830	7.106	370	9.368
Depreciação acumulada	(585)	(618)	(3.998)	-	(5.201)
Saldo em 30 de junho de 2019	477	212	3.108	370	4.167

12. Intangível

a) Composição

	30 de junho de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	503.134	(69.236)	433.898	413.088
Pavimentações e conservação especial	585.712	(223.323)	362.389	407.285
Hardware equipamentos de pedágio	80.021	(18.178)	61.843	62.764
Demais melhorias e ampliações	695.757	(59.916)	635.841	510.997
Desapropriações	218.880	(21.325)	197.555	187.400
Máquinas e equipamentos	3.467	(921)	2.546	2.589
Móveis e utensílios	2.015	(485)	1.530	1.553
Veículos	927	(400)	527	639
Meio ambiente e elementos de segurança	201.756	(21.770)	179.986	146.647
	2.291.669	(415.554)	1.876.115	1.732.962
Outros intangíveis (ii)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(306.586)	1.030.652	1.044.696
Direito de uso (iii)	30.008	(4.416)	25.592	-
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	2.182	(1.420)	762	819
	1.369.428	(312.422)	1.057.006	1.045.515
	3.661.097	(727.976)	2.933.121	2.778.477

(*) A taxa utilizada para amortização de *Softwares* adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível – Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

As adições do semestre findo em 30 de junho de 2019 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

Notas Explicativas

(ii) Outros intangíveis

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de demanda limitado ao tempo do contrato.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

Os softwares correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado.

(iii) Direito de uso

O direito de uso corresponde a alteração exigida pela norma IFRS 16 / CPC 06(R2), a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, sobre os contratos de arrendamento operacionais.

(iv) Softwares adquiridos de terceiros

Os softwares correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado.

b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento (i)	Total
Custo	2.083.621	1.337.238	2.182	-	3.423.041
Amortização acumulada	(350.659)	(292.542)	(1.363)	-	(644.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.732.962	1.044.696	819	-	2.778.477
Reconhecimento inicial de direito de uso	-	-	-	4.583	4.583
Reconhecimento inicial da amortização de direito de uso	-	-	-	(1.463)	(1.463)
Adições	54.402	-	-	25.425	79.827
Transferências de obras (*)	154.840	-	-	-	154.840
Baixas, líquidas de depreciação	(526)	-	-	-	(526)
Amortização	(65.563)	(14.044)	(57)	(2.953)	(82.617)
Saldo contábil	1.876.115	1.030.652	762	25.592	2.933.121
Custo	2.291.669	1.337.238	2.182	30.008	3.661.097
Amortização acumulada	(415.554)	(306.586)	(1.420)	(4.416)	(727.976)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.876.115	1.030.652	762	25.592	2.933.121

(*) Obras em andamento transferidas do ativo de contrato para o ativo intangível.

(i) Direito de uso de arrendamento

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Reconhecimento inicial do custo	776	1.966	1.841	4.583
Reconhecimento inicial da amortização	(157)	(950)	(356)	(1.463)
Adições	-	25.425	-	25.425
Amortização	(65)	(2.532)	(356)	(2.953)
Saldo em 30 de junho de 2019	554	23.909	1.129	25.592

Notas Explicativas

13. Fornecedores

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Fornecedores nacionais	221.796	219.255
	221.796	219.255
Passivo circulante	64.371	112.109
Passivo não circulante	157.425	107.146

O saldo refere-se, substancialmente, a contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia.

Os fornecedores têm a possibilidade de receber antecipadamente seus recebíveis junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"). Em 30 de junho de 2019, o saldo equivalente a estes contratos é de R\$ 192.790.

14. Financiamentos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32% / IPCA + 9,60% / IPCA + 8,66% / IPCA + 8,11%	280.658	343.626
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 9,57% / IPCA + 6,70%	2.063.213	1.612.189
Custos a amortizar (c)	R\$		(27.066)	(21.283)
			2.316.805	1.934.532
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			(88.268)	(93.383)
Debêntures			(201.495)	(155.380)
(-) Passivo circulante			(289.763)	(248.763)
Passivo não circulante				
Empréstimo BNDES			191.873	249.574
Debêntures			1.835.169	1.436.195
Passivo não circulante			2.027.042	1.685.769
			(2.316.805)	(1.934.532)

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia recebeu no acumulado de liberações pelo BNDES no montante de R\$ 654.938 sendo que o saldo remanescente do contrato, R\$ 266.565, não será mais desembolsado pelo BNDES.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Companhia liquidou parcelas do BNDES no montante de R\$ 80.185, sendo R\$ 60.747 de principal e R\$ 19.438 de juros e correções monetárias.

Notas Explicativas

A amortização é realizada pelo pagamento mensal desde outubro de 2010. Abaixo a composição dos vencimentos finais:

Vencimento	Encargos (% a.a.)	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
abr/21	TJLP + 2,32%	40.645	51.586
mai/22	IPCA + 8,11%	79.903	108.136
mai/22	IPCA + 9,60%	11.624	15.841
mai/22	IPCA + 8,66%	13.814	18.742
abr/23	TJLP + 2,32%	78.940	77.558
abr/25	TJLP + 2,32%	55.732	71.763
		280.658	343.626

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados à realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

Em 27 de maio de 2019, através do terceiro aditamento da 1ª emissão das debêntures simples, consignou a Companhia todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht Transport S.A (“OTP”), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Companhia, passou a figurar na qualidade de emissora das debêntures ODTR11 “Sucessora legal”.

A composição da operação da escrituração de debêntures em aberto em 30 de junho de 2019 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
junho-10	1ª série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	783.146	824.364
junho-10	2ª série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	844.603	787.825
novembro-13	1ª série	300.000	até outubro-25	IPCA + 6,70%	435.464	-
					2.063.213	1.612.189

O valor nominal unitário atualizado das debêntures da primeira e segunda série da CBAN será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, e o pagamento dos juros da ODTR11 será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série CBAN	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série CBAN	(ii)	Datas de Amortização da Primeira Série ODTR11	(iii)
janeiro de 2019	2,50%	juho de 2019	4,00%	outubro de 2025	100,00%
janeiro de 2020	5,50%	juho de 2020	9,00%		
janeiro de 2021	10,00%	juho de 2021	13,00%		
janeiro de 2022	19,00%	juho de 2022	16,00%		
janeiro de 2023	21,00%	juho de 2023	19,00%		
janeiro de 2024	26,00%	juho de 2024	23,00%		

(i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado;

Notas Explicativas

- (ii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado;
- (iii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures ODTR11 da primeira série a ser amortizado.

(c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	30 de junho de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do período / exercício	20.613	670	21.283	26.552
(-) Amortizações	(2.721)	(151)	(2.872)	(5.269)
Assunção custo de transação Debêntures ODTR11 (i)	8.655	-	8.655	-
Saldo no final do período / exercício	26.547	519	27.066	21.283

- (i) Assunção do custo de transação das Debêntures ODTR11.

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2019	7.722	234	7.956
2020	3.587	84	3.671
2021	6.394	119	6.513
2022	4.891	56	4.947
2023	3.102	17	3.119
2024 em diante	851	9	860
	26.547	519	27.066

(i) Movimentação

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo no final do exercício	1.934.532	2.024.135
Pagamento de empréstimos	(74.497)	(129.681)
Juros provisionados	129.732	239.781
Juros pagos	(100.127)	(204.974)
Assunção Debêntures ODTR11	424.296	-
Amortização do custo de transação	2.869	5.271
Saldo final do exercício	2.316.805	1.934.532

(ii) Prazo de vencimento

O montante das operações das Debêntures e do BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
2020	152.838	210.859
2021	259.532	272.774
2022	356.352	374.095
2023	357.292	374.686
2024 em diante	901.028	453.355
	2.027.042	1.685.769

Notas Explicativas

(d) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “project finance” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(e) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 30 de junho de 2019.

15. Arrendamento mercantil

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Reconhecimento inicial	477	1.067	1.571	3.115
Adições	-	25.425	-	25.425
Baixas	(59)	(2.758)	(378)	(3.195)
Apropriação de juros	19	588	62	669
Saldo em 30 de junho de 2019	437	24.322	1.255	26.014
Passivo circulante	98	9.119	754	9.971
Passivo não circulante	339	15.203	501	16.043

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9%. A taxa corresponde ao custo médio de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada de 2018.

16. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Composição

As transações que influenciaram o resultado e os investimentos do semestre findo em 30 de junho de 2019 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Saldos			Transações		
	Ativo	Passivo		Resultado		
	Contas a Receber	Fornecedores	Mútuo	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (ii)	-	-	-	595	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) (iii)	-	-	-	2.585	-	-
Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) (i)	-	-	-	-	-	20.653
Odebrecht Previdência (“Odeprev”) (iv)	-	115	-	-	132	-
Em 30 de junho de 2019	-	115	-	3.180	132	20.653
Em 31 de dezembro de 2018	445	159	403.643	4.022	373	62.713

Notas Explicativas

(i) Odebrecht Transport S.A.

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Mútuo OTP (a)	-	412.776
Custos de transação (b)	-	(9.133)
	-	403.643

(a) Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de R\$ 300.000 com sua controladora, que será atualizado pela variação da inflação mais juros remuneratórios, em consonância com o praticado no mercado.

Em 27 de maio de 2019, pela assunção das obrigações das Debêntures, a dívida oriunda do contrato de mútuo subordinado com a Odebrecht Transport S.A (“OTP”), foi integralmente quitada, conforme termo de quitação celebrado entre a Odebrecht Transport S.A (“OTP”) e a Companhia.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 20.653, referente a juros, correções monetárias e custos de transação sobre mútuo;

(b) Custos de transação pagos na intermediação na contratação do mútuo. Em 27 de maio de 2019, o saldo a amortizar foi transferido para custo de transação com Debêntures.

(ii) Construtora Norberto Odebrecht S.A.

O montante de R\$ 595 refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação) prestados pela CNO.

(iii) Odebrecht Rodovias S.A.

O montante de R\$ 2.585, refere-se à prestação de serviços compartilhados (apoio administrativo-financeiro).

(iv) Odebrecht Previdência

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta o montante de R\$ 115 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 98), referente ao plano de previdência complementar.

Foi reconhecido despesa com plano de previdência complementar no semestre findo em 30 de junho de 2019 o montante de R\$ 132 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 373).

(v) Fundo de Investimento de Direito Creditórios (“FIDC”)

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 11.206, referente a aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB conforme mencionado na nota 7.

Notas Explicativas

(b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores estatutários da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2019 e 2018, totalizou os montantes de R\$ 1.647 e R\$ 829, respectivamente.

	30 de junho de 2019	30 de junho de 2018
Salários	1.299	696
Encargos	263	101
Previdência complementar	76	24
Outros	9	8
	1.647	829

17. Contingências e provisões para causas judiciais

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.037	989
Reclamações cíveis	4.647	3.320
Contingências tributárias	2.328	1.764
	8.012	6.073

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, no montante estimado de R\$ 124.739 em 30 de junho de 2019 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 108.057).

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta R\$ 44.383 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 39.122) na rubrica de depósitos judiciais referente a processos de natureza cível.

(i) Depósitos judiciais

O montante está substancialmente relacionado ao processo de Ágio na incorporação de parcela cindida de sua antiga controladora OTPP, a Companhia efetuou um depósito cujo valor atualizado é de R\$ 42.836.

Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista OTPP, ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369, como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos.

Notas Explicativas

18. Provisão para conserva especial

a) Composição

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Provisão de conserva especial	30.312	31.329
	30.312	31.329

b) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2018	31.329
Constituição/reversão de provisão a valor presente	618
Constituição conserva especial	16.580
Baixa de conserva especial	(18.215)
Saldo em 30 de junho de 2019	30.312

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 30.312 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 31.329) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados a valor presente, a uma taxa de 6,5% com base na projeção de mercado do CDI, e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

19. Antecipações de direitos a faturar

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Antecipação de Direitos a Faturar	60.000	60.000
	60.000	60.000

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 60.000 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 60.000) referente à Antecipação de Direitos a Faturar a “XPCE VII – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados”, referente à operação que consiste na aquisição de direitos creditórios decorrentes de ações judiciais que a Companhia possui contra companhias de distribuição de energia e de abastecimento de água pela utilização de faixa de domínio localizada às margens da Rodovia Dom Pedro I. A compradora dos direitos creditórios possui a opção de venda para a Companhia no caso de insucesso destas ações, no entanto, a Companhia considera esta opção com baixa probabilidade de êxito pois todas as ações são avaliadas como Prováveis ou Possíveis de sucesso. Em contrapartida, a Companhia tem a opção de recomprar estes direitos creditórios após 30 meses.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

Em 27 de maio de 2019 a controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo de investimento constituído no Brasil que é gerido pela Farallon Capital Management LLC e Mubadala Investment Company.

Notas Explicativas

Acionistas	Números de ações em unidades					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	n° ações	%	n° ações	%	n° ações	%
SCP 1355 Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	236.640	85%	236.640	85%	473.279	85%
OTP CRB Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	41.760	15%	41.760	15%	83.520	15%
	278.400	100%	278.400	100%	556.799	100%

21. Receita líquida

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2018
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	39.979	89.984	48.465	87.842
Receitas em numerário	42.381	88.550	40.150	87.223
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	113.521	225.395	103.404	212.046
Receitas de vale pedágio (iii)	10.589	21.333	9.281	18.469
Receitas acessórias	3.408	7.096	4.841	12.377
Receita de operação	169.899	342.374	157.676	330.115
Receita total	209.878	432.358	206.141	417.957
Tributos sobre serviços de operação	(14.441)	(29.227)	(13.589)	(28.581)
	195.437	403.131	192.552	389.376

- (i) No semestre findo em 30 de junho de 2019 e de 2018, a Companhia reconheceu R\$ 89.984 e R\$ 87.842, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro;

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

22. Custos dos serviços

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2018
Depreciação e amortização	(42.355)	(83.513)	(40.406)	(84.630)
Salários e encargos	(7.893)	(15.513)	(7.501)	(15.065)
Gastos gerais	(834)	(2.212)	(1.598)	(2.816)
Serviços de terceiros	(4.325)	(9.210)	(5.947)	(12.080)
Seguros	(1.550)	(3.124)	(1.630)	(3.237)
Outorga variável	(2.552)	(5.140)	(2.365)	(4.952)
Provisão para conserva especial	(7.395)	(15.513)	(8.495)	(19.188)
Materiais	(1.773)	(4.050)	(2.171)	(4.632)
	(68.677)	(138.275)	(70.113)	(146.600)
Custo de construção ICPC 01-R1	(39.579)	(89.084)	(47.980)	(86.964)
	(108.256)	(227.359)	(118.093)	(233.564)

Notas Explicativas

23. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2018
Salários e encargos	(2.531)	(4.918)	(2.312)	(4.928)
Serviços de terceiros	(2.308)	(4.732)	(1.971)	(4.167)
Depreciação e amortização	(37)	(75)	(36)	(76)
Materiais e equipamentos	(100)	(328)	(108)	(209)
Despesa com veículos	(68)	(144)	(80)	(137)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(211)	(381)	(169)	(336)
Despesas com viagens	1	(5)	(10)	(13)
Provisão para contingências	452	(1.939)	(2.669)	(4.438)
Gastos gerais	(829)	(1.884)	(544)	(939)
	(5.631)	(14.406)	(7.899)	(15.243)

24. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2018
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(6.250)	(13.052)	(7.857)	(16.272)
Juros sobre mútuos	(4.498)	(11.174)	(6.808)	(13.222)
Juros sobre debêntures	(39.599)	(74.851)	(36.835)	(71.957)
Custos de transação	(1.991)	(3.585)	(5.625)	(7.222)
Arrendamento mercantil operacional	(586)	(669)	-	-
Correção monetária sobre empréstimos, debêntures e mútuo	(25.631)	(50.830)	(15.601)	(38.147)
Ajuste a valor presente	(875)	(1.685)	(604)	(1.153)
Outras	(9.262)	(10.162)	(1.628)	(2.293)
	(88.692)	(166.008)	(74.958)	(150.266)
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	5.292	10.906	7.776	14.617
Outras	1.715	2.640	101	113
	7.007	13.546	7.877	14.730
Resultado financeiro, líquido	(81.685)	(152.462)	(67.081)	(135.536)

25. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2018
Resultado antes dos impostos	4.105	13.207	(524)	5.019
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(1.396)	(4.490)	178	(1.706)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	185	(99)	(158)	(10)
Outros	-	-	290	285
Efeito IR e CSLL no resultado	(1.211)	(4.589)	310	(1.431)
IR e CSLL corrente	-	-	(751)	(1.641)
IR e CSLL diferido	(1.211)	(4.589)	1.061	210
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	(1.211)	(4.589)	310	(1.431)

Notas Explicativas

26. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do semestre findo em 30 de junho. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Fornecedores	4.554	(39.995)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	4.554	(39.995)
Adições de ativo intangível	(4.554)	39.995
Adições de direito de uso	(25.425)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(29.979)	39.995
Mútuos - partes relacionadas (i)	(424.295)	-
Debêntures ODTR11 (i)	424.295	-
Adições de arrendamento operacional	25.425	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	25.425	-

- (i) Em 27 de maio de 2019, pela assunção das obrigações das debêntures, a dívida oriunda do contrato de mútuo subordinado com a Odebrecht Transport S.A ("OTP"), foi integralmente quitada, conforme termo de quitação celebrado entre a Odebrecht Transport S.A ("OTP") e a Companhia.

27. Seguros

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, seguros de veículos e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Seguro de Veículo	(*)
Garantia de Concessões Públicas	200.053
Risco operacional	400.000
Responsabilidade Civil	130.000
Equipamentos Móveis	608
Risco de Engenharia	323.683

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

28. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2018
Lucro (prejuízo) do exercício	2.893	8.618	(214)	3.588
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799	556.799	556.799
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	5,20	15,48	(0,38)	6,44

Notas Explicativas

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

29. Eventos subsequentes

A partir de 1º de julho de 2019, entraram em vigor as novas tarifas de pedágio nas rodovias administradas pela Companhia. O reajuste nas tarifas de pedágio foi de 4,658259%, sendo autorizado em 28 de junho de 2019 pela ARTESP, através de Deliberação do seu Conselho Diretor e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Em 15 de julho de 2019, a Companhia liquidou parcelas do BNDES no montante de R\$ 5.664, sendo R\$ 4.349 de principal e R\$ 1.317 de juros e correções monetárias, e no mesmo dia, a Companhia liquidou parcelas das Debêntures no montante de R\$ 110.065, sendo R\$ 22.000 de principal e R\$ 88.065 de juros e correções monetárias.

Em 17 de julho de 2019, a Companhia pagou um prêmio equivalente a 0,10% sobre o saldo do dia 16 de julho de 2019 das debêntures CBAN11, CBAN 21 e ODTR11, totalizando os valores de R\$ 1.524 às debêntures da CBAN11 e CBAN21, e R\$ 437 às debêntures ODTR11. Os pagamentos foram referentes as Assembleias realizadas junto aos debenturistas da CBAN e da ODTR11 nos dias 28 de março e 14 de maio de 2019, respectivamente.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A receita líquida da Companhia atingiu o total de R\$ 195.437 mil no segundo trimestre de 2019, apresentando uma redução de 13,0% em relação ao projetado. As principais variações aconteceram nas seguintes rubricas: (i) Receita Acessória, com uma redução de R\$ 1.393 mil, referente a variação de receitas por Uso da Faixa de Domínio, Passagem de Cargas Especiais, Utilização de Acessos, entre outros e (ii) Receita de Construção, impactada diretamente pela variação dos investimentos realizados no período, ficando 42,3% abaixo do previsto.

O investimento em ampliação e manutenção realizado no período findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 44.040 mil, representando uma redução de 38,9% em relação ao projetado.

Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 31/05/2019.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Itatiba – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.3, a Companhia procedeu reclassificação de determinados valores, anteriormente classificados na rubrica de ativo intangível, para rubrica de ativos de contrato, ambos no Ativo não Circulante, visando permitir comparabilidade e adequar a contabilização de determinadas obras em andamento ao CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente. Como consequência, os valores correspondentes das rubricas de intangível e ativo de contrato, classificados no Ativo não circulante, foram reclassificados entre as referidas rubricas, conforme determina os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários -CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de agosto de 2019

Nelson Fernandes Barreto Filho

CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de junho de 2019, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de junho de 2019.

Itatiba, 08 de Agosto de 2019.

Douglas Longhi	Herbert Adriano Quirino dos Santos
Diretor - Presidente	Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de junho de 2019, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de junho de 2019.

Itatiba, 08 de Agosto de 2019.

Douglas Longhi	Herbert Adriano Quirino dos Santos
Diretor - Presidente	Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.